

CAMAÇARI- BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI -
BAHIA

Comum às especialidades de Professor

EDITAL Nº 1 – PMC, DE 25 DE SETEMBRO DE 2023

CÓD: SL-0450T-23
7908433242888

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	12
3. Domínio da ortografia oficial.	19
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.	20
5. Emprego de tempos e modos verbais.	22
6. Domínio da estrutura morfosintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.	23
7. Emprego das classes de palavras.	26
8. Emprego dos sinais de pontuação.	34
9. Concordância verbal e nominal.	36
10. Regência verbal e nominal.	38
11. Emprego do sinal indicativo de crase.	40
12. Colocação dos pronomes átonos.	41
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto. ou de trechos de texto. Substituição de palavras Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	42
14. Significação das palavras.	43

Informática

1. Conceito de Internet e intranet.	51
2. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/intranet; Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa, de redes sociais e ferramentas colaborativas.	52
3. Noções de sistema operacional (ambiente Windows).	63
4. Identificação e manipulação de arquivos.	81
5. Backup de arquivos.	84
6. Conceitos básicos de hardware (placa-mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento (HDs, CDs e DVDs); Periféricos de computadores.	90
7. Noções básicas de editores de texto e planilhas eletrônicas (Microsoft Word, Microsoft Excel, LibreOffice Writer e LibreOffice Calc).	94

Legislação

1. Lei Orgânica do Município de Camaçari.	161
2. Constituição Federal: Princípios Fundamentais.	178
3. Direitos e garantias fundamentais.	179
4. Organização do Estado: Administração pública: disposições gerais, servidores públicos.	188

5. Organização dos poderes: Poder Legislativo; Poder Executivo: Presidente e do Vice-Presidente da República, atribuições do Presidente da República, responsabilidade do Presidente da República	202
6. Poder Judiciário: disposições gerais	212
7. Lei nº 407/1998 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Camaçari – e suas alterações	226

Raciocínio Lógico e Quantitativo

1. Estruturas Lógicas	249
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	250
3. Lógica sentencial (ou proposicional): Proposições simples e compostas, Tabelas-verdade, Equivalências, Leis de De Morgan, Diagramas lógicos	250
4. Lógica de primeira ordem	254
5. Princípios de contagem e probabilidade	256
6. Conjuntos: regras básicas — pertinência; inclusão; operações de união e intersecção; complemento e diferença de conjuntos;	258
7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	260

Atualidades

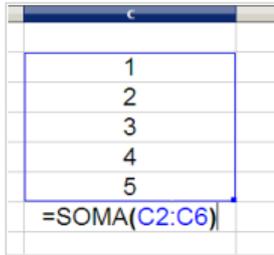
1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia	267
---	-----

Temas Educacionais e Pedagógicos

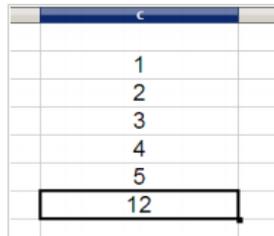
1. Planejamento e organização do trabalho pedagógico: processo de planejamento, concepção, importância, dimensões e níveis; planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação; planejamento escolar: planos da escola, do ensino e da aula	269
2. Currículo do proposto à prática	272
3. Tecnologia da informação e comunicação na educação	277
4. Educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos	282
5. Educação Integral	286
6. Educação do campo	289
7. Educação de Jovens e Adultos	293
8. Educação ambiental	301
9. Fundamentos legais da Educação especial/ inclusiva e o papel do professor	302
10. Educação/ sociedade e prática escolar	315
11. Tendências pedagógicas na prática escolar	319
12. Didática e prática histórico- cultural, a didática na formação do professor	322
13. Os Processos de Ensino e de Aprendizagem	334
14. Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas	336
15. Relação professor/aluno	339
16. Os componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos, estratégias pedagógicas e os meios	340
17. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento	341

ÍNDICE

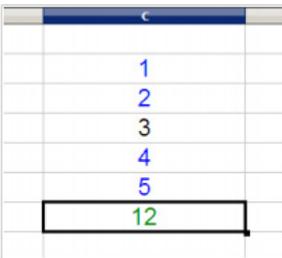
18. Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas	343
19. O papel político-pedagógico e a organicidade do ensinar, do aprender e do pesquisar. Projeto político pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores.....	344
20. Políticas públicas para Educação Básica.....	358
21. Compromisso social e ético do professor	365
22. A Função histórico-cultural da escola	366
23. Comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural	367
24. Gestão Democrática.....	380



O que parece um procedimento muito comum pode gerar um resultado confuso se os conteúdos e formatações de célula não forem aplicados da forma correta. O resultado da fórmula de soma, que deveria ser 15, é 12.

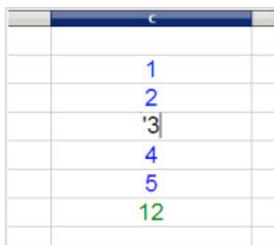


Ao aplicarmos o Realce de valor, podemos observar que nem todos os conteúdos da lista de números estão sendo interpretados como números. O número 3 está em preto, como se fosse um texto.

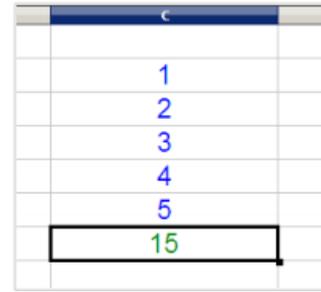


A razão pode ser variada: uma cópia de conteúdo da Web ou de alguma outra aplicação ou, também, a aplicação equivocada de uma formatação sobre a célula.

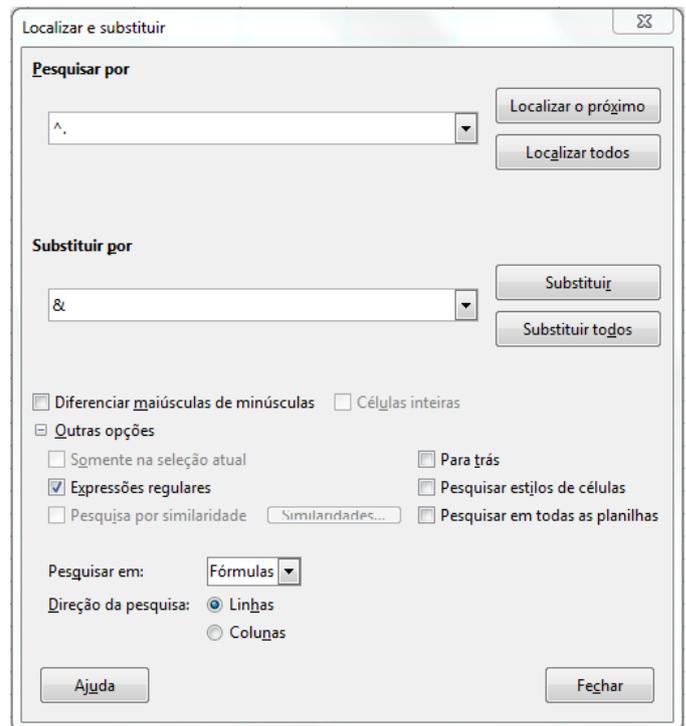
Ao clicarmos para editar o conteúdo desta célula, observamos que o número 3 é precedido por um apóstrofo. Na verdade, não é um erro. O apóstrofo pode ser utilizado sempre que o usuário desejar que um conteúdo numérico seja apresentado como um número mas não seja contabilizado em fórmulas. É um recurso existente em praticamente todos os aplicativos de planilhas eletrônicas do mercado.



A eliminação do apóstrofo corrige a interpretação do número 3 e faz com que a fórmula de soma resulte, então, em 15.



Em geral, ocorrências isoladas do apóstrofo em conteúdos numéricos podem ser resolvidas com a edição simples do conteúdo, como fizemos acima. No entanto, quando a correção envolve centenas de células, o procedimento manual é impraticável. A solução é utilizarmos a função Localizar e substituir do menu Editar. No campo "Pesquisar por" podemos inserir ^ e no campo "Substituir por" inserimos &. Devemos, também, marcar a opção Expressões regulares. Depois, basta clicar em Substituir todos para finalizar a correção.



Séries de Preenchimento

Uma Série de preenchimento é uma forma fácil de fazer um preenchimento automático em uma área da planilha a partir de um valor inicial.

Inicialmente, digite o valor inicial em uma célula. Com a célula selecionada, coloque o ponteiro do mouse sobre o ponto preto no canto inferior direito, chamado Alça de preenchimento, até que este se transforme em uma pequena cruz.

	A	B	C	D
9				
10		Aluno	1ª Avaliação	
11		Ana Cláudia Schmidt	8,3	
12		Ana Pereira Gomes	7,6	Média das Notas da 1ª Avaliação
13		Artur Almada	9,1	=MÉDIA(B11:B19)
14		Éverton Brenner Oliveira	5,4	
15		Helena Martins da Silva	9,5	
16		Jorge Luís Porto	7,6	
17		Lauro Minetto Bianchini	8	
18		Rodrigo Vargas Neves	4,1	
19		Sandra Susin	6,3	

MENOR

A função MENOR retorna o menor valor na enésima posição de um intervalo de células definido. =MENOR(INTERVALO; POSIÇÃO) INTERVALO é um intervalo de células válido e POSIÇÃO é a posição do valor desejado em uma ordenação crescente. No exemplo abaixo, descobriremos os três melhores tempos de resposta (medidos em segundos) de uma lista de testes:

	A	B	C	D	E	F
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9		Teste 1	Tempo (s)	4,6		
10		Teste 2	3,2			
11		Teste 3	3,4			
12		Teste 4	4,0			
13		Teste 5	7,6			
14		Teste 6	3,2			
15		Teste 7	5,4			
16		Teste 8	6,7			
17		Teste 9	1,9			
18		Teste 10	2,0			
19						

Tempos de resposta:	
1.º	1,9
2.º	2,0
3.º	=MENOR(B9:B18,3)

Nos casos onde há ocorrências de zero no intervalo de células que devem ser evitados na contabilização, usamos a função CONT.SE com a função MENOR. Abaixo, nosso intervalo de células é o intervalo L3:L20.

=MENOR(L3:L20;CONT.SE(L3:L20;0)+1)

Com a função CONT.SE, obtemos o número total de zeros existentes no intervalo. Somando uma unidade, temos a posição do menor valor do intervalo.

MÍNIMO

Retorna o valor mínimo encontrado dentro de um ou mais intervalos de células definidos como argumentos da função. Possui o formato:

=MÍNIMO(ARGUMENTOS)

No exemplo abaixo, calculamos a nota mínima do intervalo de notas da primeira avaliação. O resultado será, para o intervalo de B11:B19, a nota 4,1.

	A	B	C	D
9				
10		Aluno	1ª Avaliação	
11		Ana Cláudia Schmidt	8,3	
12		Ana Pereira Gomes	7,6	Média das Notas da 1ª Avaliação
13		Artur Almada	9,1	7,32
14		Éverton Brenner Oliveira	5,4	
15		Helena Martins da Silva	9,5	Menor nota da 1ª Avaliação
16		Jorge Luís Porto	7,6	=MÍNIMO(B11:B19)
17		Lauro Minetto Bianchini	8	
18		Rodrigo Vargas Neves	4,1	
19		Sandra Susin	6,3	

O Papel da Educação no Desenvolvimento de Competências Éticas e de Valores

Desenvolver a educação alinhada a ferramentas como ética e valores não é tarefa fácil quando se depara com uma diversidade de situações que se encontra na sociedade do mundo de hoje.

A educação não é a única alternativa para todas as dificuldades que se encontra no mundo atual. Mas, a educação significa um importante caminho para que o conhecimento, seja uma semente de uma nova era para ser plantada e que cresça para dar bons frutos para sociedade.

De acordo com Johann (2009, p.19) a ética é um fator primordial na educação, pois já é parte do princípio da existência humana.

[...] Se a educação inclui a ética como uma condição para que ela se construa de acordo com a sua tarefa primordial, antes de tudo, buscaremos compreender o que se entende por educar e de que tarefa se trata aqui. Para explicitar o conceito de educação que assumimos ao relacioná-la com a ética, começaremos por contextualizar a existência humana, razão da emergência do fenômeno educativo e das exigências éticas [...]

Percebe-se a importância da ética no processo de aprendizagem, onde alunos professores e escolas, devem selar este princípio na troca de informações para o crescimento do conhecimento.

Os valores a serem desenvolvidos como uma competência educacional, é um desafio para escolas, professores e alunos devido a diversidade social, em que tem que ter um alinhamento flexível do modelo pedagógico das escolas e da didática do professor.

Segundo Araujo e Puig (2007, p.35) os valores mundo educacional devem ser construídos com base num envolvimento de ferramentas como democracia, cidadania e direitos humanos, de modo que estes valores a todo instante se relacionam com a diversidade social no ambiente interno e externo da escola.

[...] Assim o universo educacional em que os sujeitos vivem devem estar permeados por possibilidades de convivência cotidiana com valores éticos e instrumentos que facilitem as relações interpessoais pautadas em valores vinculados a democracia, a cidadania e aos direitos humanos. Com isso, fugimos de um modelo de educação em valores baseado exclusivamente baseado em aulas de religião, moral ou ética e compreendemos que a construção de valores se dá a todo instante, dentro e fora da escola. Se a escola e a sociedade propiciarem possibilidades constantes e significativas de convívio com temáticas éticas, haverá maior probabilidade de que tais valores sejam construídos pelo sujeitos [...]

Contudo, a função social do professor é um ambiente bem complexo de se analisar, visto que ela esta relacionada a situações como atitudes, valores e éticas, estes itens de grande importância para o desenvolvimento além do professor, mas para escolas e alunos, pois a sociedade em que se vive, é cada vez mais diversificada, exigindo do professor flexibilidade de métodos de ensino, e das escolas modelos pedagógicos mais dinâmicos, para satisfazer a necessidade dos alunos diversificados a fim de construir uma sociedade com conhecimento.⁶⁶

A FUNÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA ESCOLA.

A educação tem o compromisso social de desenvolver as capacidades cognitivas, físicas e afetivas do indivíduo, preparando-o para exercer cidadania participativa na sociedade em que se en-

⁶⁶ Fonte: www.meuartigo.brasilecola.uol.com.br

contra inserido. Em outras palavras, a função social da escola no que tange à garantia de direitos consiste na formação do cidadão com consolidação dos valores de solidariedade e comprometimento com a transformação do meio social.

• Constituição Federal 1988 - Artigo 205

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

• LDB (1996)

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (TÍTULO I Da Educação Art. 1º)

Aprendizagem: é a função básica da escola, e consiste em assegurar a aquisição de habilidades, conhecimentos e valores fundamentais à socialização do aluno, fazendo-se imprescindível que a escola proporcione o domínio dos temas culturais elementares da escrita, leitura, da leitura, das letras e da ciência das artes. O pleno exercício dos direitos de cidadão é completamente inviável sem tais aprendizagens.

Inclusão: o direito à aprendizagem e o acesso à educação e constituem garantias constitucionais universais, isto é, são previstos a todos os cidadãos brasileiros como dever a família e do Estado. As práticas educacionais inclusivas propiciam uma realidade putada na diversidade de habilidades, contextos, experiências, e capacidades entre alunos. À medida que as diferenças são respeitadas, maior é o progresso de estudantes e educadores, independentemente de se tratarem de portadores de quaisquer tipos de deficiências.

– Padrão excludente e capacitismo: tradicionalmente, a diversidade de habilidades e características intelectuais e físicas foi classificada pelo conhecimento científico e clínico na forma de padronizações excludentes. Essa perspectiva fez conformar-se no decorrer do século XVIII o denominado “corpo normal”, que consistia em um parâmetro arbitrário de humanidade fundamentada em uma série de atributos considerados indispensáveis para se constituir como um sujeito de direitos. Um indivíduo que não se enquadrasse nesses padrões era tido como menos apto e, portanto, era excluído dos ambientes de educação, trabalho e convívio social. Daí surgiu o capacitismo, fenômeno social e histórico, produto da sucessão estrutural e sistêmica de pessoas portadoras de deficiência.

– Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015): conhecida também como como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trata-se de um grupo de diretrizes que voltadas à seguridade da promoção, em isonomia de condições, do exercício das liberdades e dos direitos fundamentais por pessoas portadoras de deficiência, para fins de sua cidadania e inclusão na sociedade. A LBI tem sua importância na desconstrução dessa tradição histórica, estabelecendo a deficiência como característica indissociável do contexto, por se realizar na interação de um sujeito portador de um ou mais atributos divergentes do parâmetro. Aliás, a deficiência – independentemente de sua ordem – existe apenas na relação com uma realidade saturada de barreiras para inclusão total do indivíduo que a porta. Esses impedimentos podem ser de ordem arquitetônica (banheiros

oferecem serviços que outras pessoas não se rebaixariam ou se dignariam a oferecer, acenam com guloseimas de sensatez, revigorantemente diversas da rotina e da chateação.

O poder de consumo avalia a posição social dos indivíduos. Aquelas pessoas que não possuem certa posição de conforto na sociedade e que não detêm um mínimo de condições de escolha de consumo, acabam muitas vezes demonstrando revolta, estranheza para muitos e violência, assim, como ao que se assiste nos novos tempos.

Uma vez que as únicas senhas para defender a liberdade de escolha, moeda corrente na sociedade do consumidor, estão escassas em seu estoque ou lhes são inteiramente negadas, elas precisam recorrer aos únicos recursos que possuem em quantidade suficientemente grande para impressionar. Elas defendem o território sitiado através de “rituais, vestindo-se estranhamente, inventando atitudes bizarras, quebrando normas, quebrando garrafas, janelas, cabeças, e lançando retóricos desafios à lei”. Reagem de maneira selvagem, furiosa, alucinada e aturdida [...].

Além disso, cresceram as taxas de desemprego e um grande número de excluídos socialmente, pois os empregos tomaram novas configurações, não sendo possível projetar uma vida em longo prazo, com projetos e planejamentos.

De acordo com estas características, Bauman destaca que aqueles que não possuem emprego não são considerados como “desempregados”, mas sim como consumidores falhos, pois não desempenham a função ativa de consumir e, portanto, não são aptos de usufruir dos bens e serviços que o mercado pode oferecer, sendo definidos como os “pobres” da sociedade atual. Ele enfatiza a esse respeito.

Antes de mais nada, os pobres de hoje (ou seja, as pessoas que são “problemas” para as outras) são “não-consumidores”, e não “desempregados”. São definidos em primeiro lugar por serem consumidores falhos, já que o mais crucial dos deveres sociais que eles não desempenham é o de ser comprador ativo e efetivo dos bens e serviços que o mercado oferece. Nos livros de contabilidade de uma sociedade de consumo, os pobres entram na coluna dos débitos, e nem por exagero da imaginação poderiam ser registrados na coluna dos ativos, sejam estes presentes ou futuros.

Nesse panorama da sociedade de consumidores e busca pela satisfação pessoal, alguns valores e princípios passaram a tomar outras configurações. O valor da responsabilidade, por exemplo, que, em outros tempos, residia no dever ético e na preocupação pelo outro, atualmente, configurou-se em relação a si próprio, levando o indivíduo a compreender-se como único responsável por seus atos e deveres, excluindo a responsabilidade pelos interesses, necessidades e desejos do outro.

Entretanto, observa-se que, neste período atual, há certa ambiguidade em torno da vida responsável, pois surgem reflexões, organizações e movimentos em favor da vida, do respeito à natureza, à sustentabilidade. Enquanto se afirma que o indivíduo se preocupa com si mesmo, ao mesmo tempo, surgem preocupações acerca do outro e do mundo. Percebe-se que há uma evolução para a possibilidade de construção de uma vida responsável.

O panorama apresentado até aqui, certamente, não contempla todos os aspectos referentes à sociedade contemporânea, mas apresenta definições importantes que levam a analisar e refletir sobre a configuração subjacente aos tempos atuais e que podem instigar a questão referente à tarefa da escola frente a tais aspectos presentes na sociedade atual.

Desse modo, é urgente compreender sua missão como instituição educativa que, assim como outras instâncias, desempenha um papel importante na formação dos sujeitos.

A Tarefa da Escola

Compreender a missão da escola perante as novas configurações da sociedade, torna-se essencial para avaliar a sua tarefa, diante das transformações sociais e culturais e de suas implicações no processo educativo atual.

Desse modo, diante dos processos sociais que se desenrolam na atualidade, surgem algumas questões que se referem ao processo educativo escolar: qual é o papel da escola? A escola está preparada para formar sujeitos oriundos da sociedade descrita por Bauman? A educação escolar dá conta de compreender esses processos de transformação?

Essas questões remetem à reflexão sobre a verdadeira missão da escola frente aos processos de mudança e ao contexto atual que, de maneira geral, recebe as influências das mudanças, passando a adquirir novos pressupostos, novos objetivos, novas concepções. Diante dos temas que perfazem a realidade, a educação é vista como um meio indispensável na constituição da sociedade e passa a ocupar um papel fundamental.

Nestes tempos de mutações profundas e de incerteza acentuada, deve-se investir muito na educação, facilitando assim o emprego, despertando as mentes e as consciências diante dos novos desafios, facilitando o acesso à cultura e reduzindo a exclusão. A educação é o melhor investimento social.

Sabe-se que, entre outros fatores, pontos, movimentos e tendências, o cientificismo positivista impôs a fragmentação do conhecimento, sustentando a ordem econômica e social da modernidade. Atualmente, não se pode mais conceber que esta fragmentação dê conta de formar e desenvolver o homem na nova ordem social vigente. Como se vê, muitas transformações têm surgido ao longo dos tempos: as novas tecnologias, as comunicações, a preocupação com o meio ambiente, a produção econômica cada vez mais crescente e diversificada com novos produtos no mercado, demandando novos cursos de capacitação e aperfeiçoamento, entre tantas outras mudanças as quais a escola deve acompanhar e produzir reflexões acerca destes novos elementos.

Além disso, a escola, mergulhada neste contexto, não pode ficar alheia às transformações sociais e culturais advindas da sociedade. Mas, pelo contrário, a escola pertence ao meio social e, por isso, sofre as influências do meio. “A escola é uma comunidade. Como parte da sociedade, ela está normalmente estruturada de forma a reproduzir a estrutura social.” Nesse sentido, Bauman destaca que, muitas transformações estão permeando a sociedade contemporânea e essas acabam por invadir todos os contextos, inclusive a escola. O processo educativo escolar, de acordo com as novas estruturas, procura desenvolver um currículo que considera as mudanças e atenda aos novos conceitos, novos pressupostos e novas demandas.

Relacionando os conceitos apresentados, pode-se dizer que a escola, na sociedade sólida, referenciando Bauman, era aquela que educava para toda a vida. A escola era um espaço que tinha como propósito estabelecer a ordem. A formação dos indivíduos era responsabilidade de toda a sociedade, dos governantes e do Estado, com vistas a formá-los para um comportamento correto e moralmente aceitável. Desse modo, somente os professores eram capazes de fornecer esta formação para uma integração social, destacando uma vida correta e moral, disciplinada e eficiente. Além

Assim, podemos inferir que a participação efetiva da comunidade na escola é uma responsabilidade da escola. Essa participação traz, sem dúvidas, inúmeras vantagens, porém reconhece-se que há inúmeros obstáculos em relação a tal participação. Mesmo assim, a escola não deve desistir, pois essa participação deve ser entendida como uma questão política, que auxilia na construção da cidadania. Um bom começo para efetivas mudanças no padrão de participação da comunidade é, por exemplo, um incentivo e a implantação dos conselhos escolares que devem atuar de maneira ativa e autônoma.

Pais e mães podem participar de várias formas no ambiente escolar e na própria educação dos filhos, basta que a escola ofereça opções e dedique um tempo para que isso aconteça. Claro que essa não é uma tarefa fácil, uma vez que os professores estão envolvidos emocionalmente com seus alunos e famílias. Famílias e escola têm a responsabilidade de educar as crianças, para isso precisam estabelecer uma relação de parceria, aumentando as possibilidades de compartilhar critérios educativos que possam minimizar as possíveis diferenças entre os dois ambientes, escola e família.

Não há dúvidas que o ambiente escolar e a família compõem o meio social no qual o aluno está inserido. Eles dois mais o local em que localiza sua residência ou sua escola, bem como os laços sociais e econômicos compõem o meio social com forte interferência no aprendizado e na motivação para aprendê-lo.

A Educação como Responsabilidade de Todos

Observa-se nas últimas décadas, uma crescente preocupação com essa inserção da comunidade na escola, inclusive com programas voluntários, como os famosos “Amigos na escola”. Independentemente das questões ideológicas que esse tipo de participação possa suscitar sabemos que a comunidade tem um papel importante na construção da autonomia da escola, principalmente da escola pública porque essa correrá uma medida em que a escola se coloca a serviço dos interesses da população que dela necessita.

Paro argumenta que a ausência da comunidade na escola pública torna-se mais difícil a avaliação da qualidade do ensino ofertado. Os pais, até mesmo mais que os alunos, como co-usuário da escola, são capazes de apontar problemas e, muitas vezes, sugerir ações para solução deles. Além de todos esses aspectos é ainda importante realizar a divisão do poder na escola possibilitando a comunidade participar da tomada de decisões.

A relação entre escola e comunidade precisa ser um espaço aberto onde favoreça e solicite a participação de toda essa abertura aponta para o caráter interdependente da escola. Essa interação entre escola e comunidade é amparada por leis que exigem, por exemplo, a criação dos conselhos escolares. Essas são estratégias de interação e de democratização do espaço escolar e favorecem a democratização do ensino.

Gestão Escolar Democrática

A escola tem como uma de suas atribuições desenvolver ações e atividades que ensinem e aprimorem o respeito às diferenças entre todos. Para tanto, se faz necessário que a escola efetive ações em prol do desenvolvimento da cidadania. É nesse contexto que se destaca a gestão democrática do ensino público, princípio constitucional que traduz a participação ativa e cidadã da comunidade escolar e local na condução da escola, pois a gestão da escola é um ato político que implica tomada de decisões que não podem ser individuais, mas coletivas.

No contexto educacional, a democracia deve ser o princípio norteador da prática pedagógica, configurando-se como fundamento das ações escolares. Desse modo, o desenvolvimento de práticas democráticas é parte da construção de um sistema que respeita os direitos individuais e coletivos de todos. Assim, é fundamental que a escola efetive ações que concretizem a gestão democrática, entre elas, a efetivação do Conselho da Escola e a realização de eleições diretas para direção e vice direção.

No entanto, para que a gestão democrática se concretize é essencial o desenvolvimento de ações pautada nos princípios de autonomia e interculturalismo, em processos de participação e de cooperação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, o processo de ensino-aprendizagem é fundamental, pois por meio de práticas democráticas desenvolvidas em sala de aula se vivencia e se aprende o respeito às diferenças, possibilitando a resolução positiva de conflitos e favorecendo a realização de objetivos coletiva.

Portanto, se a escola busca desenvolver valores democráticos como o respeito, a justiça, a liberdade e a solidariedade, devem necessariamente, democratizar os métodos e os processos de ensino-aprendizagem e, fundamentalmente, o relacionamento entre professor e aluno. Professores que estabelecem relações horizontais com seus alunos, propiciando o diálogo sobre conteúdos e vivências, conseguem concretizar intervenções que atendem às questões individuais e coletivas. Essa atitude, além de respeitar as condições e possibilidades de cada um, proporciona o êxito do processo de ensino-aprendizagem.

A Relação Família x Escola

Há inúmeros fatores a serem levados em conta na consideração da relação família/escola. O primeiro deles, é que a ação educativa dos pais difere, necessariamente, da escola, dos seus objetivos, conteúdos, métodos, no padrão de sentimentos e emoções que estão em jogo, na natureza dos laços pessoais entre os protagonistas e, evidentemente, nas circunstâncias em que ocorrem.

Outra consideração refere-se ao comportamento das famílias das diferentes camadas sociais em relação à escola pública, famílias de classe média desenvolvem estratégias de participação, tendo em vista a criação de condições para o sucesso escolar de seus filhos, além dos mais, o nível de escolaridade e a facilidade de verbalização possibilitam a esses pais uma crítica que famílias das classes trabalhadoras não conseguem ou não ousam fazer.

Outro fator a ser considerado refere-se às estratégias de socialização escolar, se são complementares ou não às da escola, e isto depende muito de classe social que a família pertence. As famílias podem desenvolver práticas que venham facilitar a aprendizagem escolar (por exemplo: preparar para a alfabetização) e desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola (por exemplo: hábitos de conversação) ou não.

Além de estratégias de socialização, as famílias diferem uma das outras quanto a modelos educativos. *Bouchard*⁸⁰ distingue, de forma geral, três modelos: o “racional”, o “humanista” e o “simbiossinérgico”. No racional, os pais mantêm uma hierarquia na qual decidem e impõem suas decisões sobre as atividades e o futuro dos filhos. Dão muita importância à disciplina, à ordem, à submissão, à autoridade. Nas suas estratégias educativas, os pais distribuem

80 BOUCHARD, J. M. De *l’Institution a la communauté: les parents et les professionnels-une relation qui se construit*. In: DURNING, R *Educação familiar*. Vigneux: Matrice, 1988.